

## Procuradoria Geral

## LEI COMPLEMENTAR N.º 219, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

**“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE INCENTIVO DO COMPONENTE DE QUALIDADE PARA AS ESF, EAP, ESB E E-MULTI – PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA**, do Estado de Mato Grosso do Sul, Excelentíssimo Senhor Rodrigo Borges Basso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica regulamentado, no âmbito do Município de Sidrolândia, o pagamento do incentivo financeiro adicional do Componente de Qualidade, instituído pela Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, no §3º do art. 12-D da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, destinado às equipes de Saúde da Família (eSF), equipes de Atenção Primária (eAP), equipes de Saúde Bucal (eSB) e equipes Multiprofissionais (eMulti).

**Art. 2º.** O incentivo financeiro será repassado, anualmente, em parcela única, no mês subsequente ao encerramento do último quadrimestre, observando-se os resultados alcançados durante os ciclos de avaliação, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**Art. 3º.** Terão direito ao recebimento do incentivo os profissionais vinculados às equipes eSF, eAP, eSB e eMulti, independentemente do tipo de vínculo com o Município, desde que devidamente registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Parágrafo único.** São considerados profissionais elegíveis ao recebimento do incentivo:

- I. Enfermeiros;
- II. Odontólogos;
- III. Médicos;
- IV. Técnicos de Enfermagem;
- V. Auxiliares de Saúde Bucal;
- VI. Auxiliares de Consultório Dentário;
- VII. Técnicos de Saúde Bucal;
- VIII. Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
- IX. Agentes de Combate às Endemias (ACE);
- X. Farmacêuticos;
- XI. Técnicos em Farmácia;
- XII. Recepcionistas;
- XIII. Assistente administrativo;
- XIV. Auxiliares de serviços gerais;
- XV. Trabalhadores da equipe multiprofissional (nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais e psicólogos);
- XVI. Educadores físicos do Programa Academia da Saúde e da Atenção Primária;
- XVII. Motoristas.

**Art. 4º.** O recurso financeiro recebido deverá ser aplicado na totalidade para pagamento do incentivo, sendo rateado de forma proporcional entre os profissionais de cada equipe, de acordo com os resultados obtidos no ciclo de avaliação do Componente de Qualidade.

**§1º** Para ter direito ao recebimento do incentivo, o profissional deverá estar em exercício efetivo nas unidades de atenção primária e na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, vinculado à equipe e ao CNES correspondente.

**§2º** A distribuição observará o resultado do desempenho das equipes, conforme regras definidas pelo Ministério da Saúde e/ou regulamento complementar.

**Art. 5º.** Não fará jus ao recebimento do incentivo o profissional que:

- I. Tiver mais de 2 (duas) faltas mensais não justificadas, devidamente registradas;
- II. Deixar de comparecer, sem justificativa, às atividades educativas e de planejamento quando convocado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- III. Estiver em gozo de licença médica por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- IV. Estiver em gozo de licença prêmio;
- V. Estiver em licença classista;
- VI. Praticar no decorrer do período avaliado, atos de indisciplina previstos no art. 205 e ss. da Lei Complementar nº 007 de 27 de março de 2002.

**Parágrafo único.** O valor referente ao profissional excluído será redistribuído entre os demais integrantes da equipe.

**Art. 6º.** O Município de Sidrolândia/MS ficará desobrigado do pagamento do incentivo caso o Governo Federal não realize o repasse dos recursos financeiros ou extinga o programa que fundamenta o Componente de Qualidade.

**Art. 7º.** O Incentivo de Componente de Qualidade, em hipótese alguma, será incorporado ao salário dos servidores, e sobre ele não incidirão quaisquer vantagens ou encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais.

**Art. 8º.** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei Complementar por meio de decreto, no prazo de até 60 (sessenta) dias, para disciplinar os critérios técnicos e operacionais necessários à sua execução.

**Art. 9º.** Os efeitos desta Lei Complementar retroagem a 1º de janeiro de 2026, data do efetivo repasse do Componente

de Qualidade ao Município de Sidrolândia/MS pelo Governo Federal.

**Gabinete do Prefeito de Sidrolândia/MS, 12 de Março de 2026.**  
**RODRIGO BORGES BASSO**  
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Adrielly Alves de Oliveira

**Procuradoria Geral**

**LEI MUNICIPAL N.º 2.325, DE 12 DE MARÇO DE 2026.**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR BEM IMÓVEL ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA**, do Estado de Mato Grosso do Sul, Excelentíssimo Senhor Rodrigo Borges Basso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Sidrolândia/MS, autorizado a adquirir, através de desapropriação amigável o imóvel registrado na matrícula nº 24.290, sendo uma área total de: 238,00 m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e oito metros quadrados), localizada na Rua Acre, nº 11, lote 01, no Município de Sidrolândia/MS.

**Parágrafo Único.** O imóvel expropriado foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, através do Decreto Municipal nº. 86, datado de 06 de Fevereiro de 2026.

**Art. 2º** A área de terra de que trata o artigo anterior, será utilizada pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, para a implantação da continuidade da via pública já existente, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego urbano, reduzir pontos de conflito viário e garantir maior segurança a motoristas, ciclistas e pedestres.

**Art. 3º** No presente caso de desapropriação amigável será observado o pagamento do valor da desapropriação do imóvel previsto nesta Lei, àqueles praticados no mercado, avaliados pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos próprios do Município.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permitir, mediante requerimento dos expropriados, a retirada de materiais e componentes construtivos removíveis existentes no imóvel objeto da presente desapropriação, tais como portas, janelas, telhas, esquadrias e demais itens reaproveitáveis.

**§ 1º** A retirada dos materiais deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da imissão provisória ou definitiva na posse, correndo as despesas exclusivamente por conta dos expropriados.

**§ 2º** A retirada não poderá comprometer a finalidade pública que fundamenta a desapropriação, especialmente quanto ao prolongamento da via pública objeto desta Lei.

**§ 3º** A autorização prevista neste artigo não implicará redução ou alteração do valor da indenização fixada, que permanece integral, nos termos da avaliação administrativa realizada.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito de Sidrolândia/MS, 12 de Março de 2026.**

**RODRIGO BORGES BASSO**

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Adrielly Alves de Oliveira

**Câmara Municipal - Contratos/ Licitação**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025.**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2025.**

**PARTES:**

**CONTRATANTE:**

CÂMARA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

**CONTRATADO:**

**A & T PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 15.427.958/0001-30

**OBJETO:** O Objeto da presente CONCORRÊNCIA é a contratação de serviços de publicidade e propaganda prestados por intermédio de Agência de Propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente, que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de divulgar serviços de interesse da Câmara Municipal de Sidrolândia/MS, difundir ideias ou informar o público em geral.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 1.150.000,00 (Um milhão cento e cinquenta mil reais).

**VIGÊNCIA:** 12/03/2026 À 12/03/2027.

ASSINAM: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA – MS, Sr. **OTACIR PEREIRA FIGUEREDO**, Sr.

**CACILDO LUCINEI ZIMERMANN SILVEIRA** (A & T PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA).